



DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: ELEMENTOS PARA AUTONOMIA, SUBORDINAÇÃO OU EXCLUSÃO NO SEMIÁRIDO CEARENSEⁱ

Maria Messias Ferreira Lima
Universidade Regional do Cariri

Emilia Moreira
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo identificar os elementos que possibilitam um desenvolvimento rural sustentável, a partir do modelo de desenvolvimento rural implantado nos anos 2000 no Brasil e como esse modelo impacta no futuro da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense, levando à autonomia, subordinação ou exclusão em relação ao modo de produção capitalista. A investigação foi desenvolvida a partir da regionalização do estado do Ceará nos Territórios Rurais de Identidades. A pesquisa, de caráter descritivo e explicativo, contemplou cinco territórios e seis assentamentos dos quais obtivemos as informações. Portanto, o estudo está alicerçado na pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que a primeira faz parte da estrutura argumentativa dos resultados. Após a coleta, as informações foram apresentadas em quadros e analisadas através do materialismo histórico-dialético. Os resultados indicam que o modelo de desenvolvimento rural promove a subordinação e posteriormente a exclusão da agricultura familiar camponesa, seguindo a lógica do modo de produção dominante que subordina as demais formas de produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, agricultura familiar camponesa, subordinação.

SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT AND FAMILY FARMING: ELEMENTS FOR AUTONOMY, SUBORDINATION OR EXCLUSION IN THE SEMI-ARID REGION OF CEARÁ

ABSTRACT

This essay aims to identify the elements that enable a sustainable rural development, from the model of rural development installed in Brazil in the 2000s and how this model impacts in the future of the peasant family agriculture at Ceará's semi-arid, leading to autonomy, subordination or exclusion in relation to the capitalist way of production. The search was

developed starting from the regionalization of the state of Ceará in Rural territories of identity. The research, of a descriptive and explanatory nature, contemplated five territories and six settlements of which we obtained information. Therefore, the survey is based on the bibliographic and field research, with the first one being part of the argumentative structure of the results. After the collect, the information was presented in tables and analyzed through the dialectical historical materialism. The results indicate that the model of rural development promotes the subordination and posteriorly the exclusion of the peasant family agriculture, following the logic of the dominant way of production that subordinates the other ways of production.

Keywords: Rural development, peasant family agriculture, subordination.

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento rural promove a ruptura de elementos que limitavam os espaços campo e cidade. As políticas públicas de desenvolvimento rural promoveram o desenvolvimento de ocupações não agrícolas no campo, acesso a serviços básicos de educação e saúde, eletrificação rural e mobilidade, ampliando-se as funções do espaço agrário, tornando este, um espaço rural, capaz de absorver a expansão das relações de produção capitalistas que não se concentra mais apenas no agronegócio, mas envolve também a agricultura familiar.

O principal Programa de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, criando em meados dos anos 1990, foi amplificado com a política de Desenvolvimento Territorial Rural nos anos 2000. A proposta incluiu políticas e projetos que possibilitaram uma maior aproximação com as demandas dos movimentos sociais e das populações do campo, focando principalmente na elevação das capacidades de inserção social e participação dos movimentos sociais e sociedade civil na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, centrado no desenvolvimento humano na democratização da terra e na sustentabilidade ambiental que possibilite uma gestão democrática e participativa do espaço, garantindo o empoderamento econômico, social, político e ambiental da AFC. Isso posto, os elementos criados a partir desse modelo possibilita a autonomia, subordinação ou exclusão da AFC no semiárido cearense?

Portanto o principal objetivo desse texto é analisar os elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa, tendo como objeto de pesquisa os assentamentos rurais. A investigação foi desenvolvida a partir da regionalização do estado do Ceará nos Territórios Rurais de Identidades. A pesquisa, de caráter descritivo e explicativo, contemplou cinco territórios e seis assentamentos dos quais obtivemos os dados. Portanto, o estudo está alicerçado na pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que a primeira faz parte da estrutura argumentativa dos resultados. Após a coleta os dados foram apresentados em quadros e analisados através do materialismo histórico-dialético. De acordo com a problemática que motivou o estudo, foram consideradas quatro dimensões para o desenvolvimento rural sustentável (DRS). As dimensões foram: econômica, social, político organizacional e ambiental, tendo como elementos aqueles que se

apresentam como necessários, e que corresponde à realidade do espaço pesquisado.

O ensaio está dividido em três partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, apresentamos algumas características geográficas, econômicas, políticas e sociais do estado do Ceará, enfatizando o processo histórico de formação do espaço social. Na terceira parte, apontamos os elementos para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense e, por último as considerações finais.

O CEARÁ EM DEBATE E O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

O Ceará, um dos nove estados da região Nordeste, apresenta uma área territorial de 148.886,3km². Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado de Pernambuco, a Leste com os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, e a Oeste com o Piauí. Sua população em 2010 era de 8.452.381 habitantes, dos quais 24,91% viviam no espaço rural (CEARÁ, 2014).

O seu território está distribuído entre 184 municípios e três regiões metropolitanas (a região metropolitana de Fortaleza – RMF, a região metropolitana do Cariri – RMC e a região metropolitana de Sobral - RMS). O ecossistema predominante é a Caatinga, com clima tropical quente e seco, solos com deficiência hídrica, vulneráveis à erosão e pouca profundidade, impondo fortes limites à agricultura.

Os processos históricos que definiram as atuais estruturas de dominação podem ser compreendidos a partir de três momentos políticos, que embora aparentem diferenças entre si, na essência mantêm os mesmos princípios. Ou seja, reproduzem as estruturas de poder que alimentam o circuito da apropriação da renda da terra através da concentração fundiária, fatores determinantes para produzir o desenvolvimento desigual e combinado que configura o espaço rural cearense. A formação socioespacial cearense teve influência da colonização tardia que ocorreu no estado. Somente depois de praticamente dois séculos de colonização é que Portugal teve interesse em ocupar o Ceará – *Capitania do Siará* – iniciando o povoamento pelo litoral com a cana-de-açúcar e posteriormente o povoamento do sertão com a pecuária no século XVIII.

A pecuária foi também responsável pela expropriação das terras indígenas malgrado a resistência da população nativa que por muito tempo dificultou a territorialização da pecuária no espaço sertanejo. A pecuária extensiva implantada não teve grande êxito em virtude das dificuldades de deslocamento dos rebanhos, uma vez que o transporte dos animais para áreas distantes provocava muitos prejuízos. Daí a opção pelo comércio do boi abatido, tendo como principais produtos comercializados, o couro e o charque. Outro fator que contribuiu para o declínio da pecuária no estado foi a ocorrência de grandes secas, elemento até certo ponto limitador da exploração do Sertão.

A agricultura no Ceará não conseguiu um papel de destaque ao longo do tempo. Sua gênese, ainda no século XVIII, foi baseada em culturas de autoconsumo, desenvolvida por camponeses à margem dos 'currais' em pequenas, manchas úmidas, para satisfazer as próprias necessidades de alimentação.

A grande expansão da pecuária e a dificuldade de se transportar, em lombo de burro, as mercadorias necessárias ao consumo da população que se fixou nos sertões, provocaram o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência nas manchas úmidas. Assim, os sertanejos se auto-abasteciam aproveitando para fazer suas culturas de mandioca, de milho, de feijão, de fava, e de cana-de-açúcar [...] (ANDRADE, 1986, p. 126).

Posteriormente se desenvolveu nas áreas úmidas a cultura da cana-de-açúcar, principalmente no Cariri cearense, tornando-se um grande produtor de rapadura e açúcar. No final do século XIX e início do século XX, o algodão passa a ser o carro chefe da agricultura do Sertão cearense, iniciando, segundo Andrade (2005), a fase de utilização do trabalho assalariado e da parceria e diminuindo drasticamente o uso do escravo como mão-de-obra.

Em 1872, em uma população total de 721.688 habitantes, havia no Ceará apenas 31.915 escravos, percentagem ínfima, portanto, correspondente a 4,4% do total. Isso antes da seca de 1877, quando a maioria dos escravos da região passou a ser vendida para os cafezais do Sul, ávidos de braços (ANDRADE, 2005, p. 195).

Inicia-se assim uma mudança nas relações de trabalho, com a predominância do trabalho assalariado e da parceria. Dessa forma, a estrutura econômica, política e social do Ceará é construída a partir da dinâmica/decadência dos ciclos econômicos, tendo a pecuária bovina maior destaque no Sertão, depois a cana-de-açúcar, no Cariri, e o algodão também no Sertão, impulsionado principalmente pelo mercado externo. De forma secundária e sem muita expressividade, houve a diversificação de algumas atividades, tais como o extrativismo e a pesca.

As relações de propriedade da terra no Sertão cearense se estabeleceram ainda no período colonial com as *sesmarias*, que iniciam a forma mais degradante de ocupação e gestão do território para atender aos interesses da Coroa portuguesa, expandindo a expropriação da população nativa para a exploração da pecuária.

Com a Independência em 1822 e com a Lei de Terras de 1850, o Estado Imperial impede o acesso dos camponeses às terras devolutas, determinando que o acesso às terras somente ocorreria por meio da compra. Com a Lei da abolição da escravatura em 1888, consolida-se o latifúndio, não só no Ceará, mas em todo o

Nordeste brasileiro, impedindo o acesso à terra aos trabalhadores livres, garantindo a mão-de-obra necessária nas grandes fazendas que tinha como característica fundamental a monocultura para exportação.

Em geral, os países hoje subdesenvolvidos haviam sido colônias. E desse período herdaram um perfil cruel: produção agrícola centrada em uma ou pouquíssimas culturas destinadas à exportação e, daí, dependentes dessa dinâmica exterior, de suas flutuações e comandos. E, naturalmente, uma estrutura de propriedade fortemente ancorada no latifúndio. Os pequenos camponeses ficam relegados a terras mais distantes, menos férteis, menos assistidas e mais desprovidas de acesso aos investimentos infra-estruturais. (MORAES & ÁRABE, 2008. p. 18).

Por falta de terra para morar e produzir, os camponeses passam a ser moradores, parceiros, foreiros ou trabalhadores temporários nos latifúndios. Portanto, a estrutura fundiária, o sistema de produção e as relações de trabalho no campo foram estruturados pelo poder público e perpetuado pelas relações de poder configuradas na figura do grande proprietário, originando uma oligarquia agrária, que comandou as instâncias da política brasileira até 1930.

Configura-se, dessa forma, um espaço de contradições em relação à posse e uso da terra. De um lado se estabelece o latifúndio e de outro os camponeses tentando sobreviver em pequenas áreas, as mais distantes dos centros urbanos e com baixa capacidade para a agricultura, surgindo, assim, um grande número de pequenos imóveis que não ofereciam capacidade para a reprodução econômica dos camponeses, tornando-os dependentes do patrão, o coronel.

No Nordeste, o coronelismo se prolongou praticamente por mais meio século em relação ao resto do país, impedindo o desenvolvimento da região, e submetendo a maioria de sua população à pobreza, tida como fonte de poder político e econômico local. O aumento da exploração do camponês, seja pela renda paga ao proprietário, pela baixa remuneração ou pela concessão de empréstimos financeiros, deixava-os dependentes dos patrões, pois na maioria das vezes acumulavam dívidas impagáveis, tornando-os *cativos da terra*.

Outra relação de poder desenvolvida pelo coronelismo sobre o sertanejo/camponês foi a *indústria da seca*, difundida cada vez mais, fazendo parte do imaginário do país como se esta fosse responsável pela vida miserável da maioria da população nordestina e conseqüentemente cearense, pois 94,8% do seu território está localizado no *Polígono das Secas*. Entretanto, Andrade (2005) destaca a existência de algumas áreas no estado que desfruta de verdadeiros oásis, regiões famosas como as serras de Meruoca, Baturité e a região do Cariri.

A partir da década de 1960, o quadro político nacional é alterado, mas não o suficiente para promover uma ruptura nas forças políticas nordestinas, uma vez que a concentração fundiária e o aumento da pobreza rural eram a garantia dos coronéis de perpetuação no poder político através do *voto de cabresto*. Contudo, o planejamento nacional a partir da década de 1960 abriu espaço para o planejamento regional que teve Celso Furtado como um dos principais expoentes em defesa de uma política de desenvolvimento regional.

De forma concreta, no Nordeste do Brasil esse planejamento se inicia com o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – (GTDN), culminando com a criação da SUDENE. Esta, ao contrário do DNOCS, tinha como objetivo romper com o isolamento da região e promover o desenvolvimento industrial, influência do projeto de desenvolvimento estruturado pela Cepalⁱⁱ, que diagnosticou o subdesenvolvimento da América Latina e especificamente do Brasil a partir de duas teses: a teoria da dependência e a teoria do capitalismo tardio, que identificava nas relações de produção pré-capitalistas a principal causa da rigidez na oferta de alimentos, incapaz de suprir a demanda crescente no setor urbano-industrial, causando um forte processo inflacionário.

Francisco de Oliveira critica a ênfase dada pela Cepal às questões externas para explicar o subdesenvolvimento negligenciando a estrutura interna do país quando afirma que:

Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia - os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

A seca, mais do que um fenômeno climático passou a ser entendida como um fenômeno sociopolítico, isto é, como um instrumento de poder, tendo em vista que as elites locais se apropriavam cada vez mais das adversidades climáticas para promover a pobreza dos estados nordestinos, se beneficiando dos recursos federais e estaduais destinados a *combater a seca*. A população rural, principalmente os trabalhadores, para não presenciarem suas famílias serem devastadas pela fome e sede tornavam-se retirantes, enquanto a estrutura dominante permanecia concentrando terra, políticas públicas e água. Celso Furtado, em entrevista, lamentou a existência dessa estrutura de poder político que impedia ações que significassem o rompimento com a indústria da seca no Nordeste, dentre elas, a desapropriação e a irrigação.

Vários governadores estavam contra; não queriam nem tocar em irrigação com desapropriação de terras. Diziam: “isso aí se resolve caso por caso...”. Só quando o comandante militar declarou que considerava fundamental para a segurança pública do Nordeste abordar esse problema de frente, como uma lei de irrigação, foi que eles recuaram. Mas recuaram porque sabiam que podiam bloquear o projeto no Congresso. E assim foi: depois de aprovado pela Sudene, o projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso. A maior parte dos deputados nordestinos, na época, era contrária à Sudene (TAVARES, et. al., 1996, p. 20).

Para Furtado, as forças políticas e econômicas da região se posicionavam contra qualquer política que ameaçasse o poder da elite local. Referindo-se posteriormente a isso, ele diz: “Se, 40 anos atrás, tivéssemos começado uma transformação da estrutura agrária por esse método – desapropriar antes de irrigar e antes de açudar [...]” (TAVARES, et. al., 1996, p. 21). Entretanto, a estrutura agrária era intocável e a aliança entre os proprietários, o capital e o Estado, continuou sendo fortalecida para manter os privilégios da classe dominante, impedindo qualquer modificação na estrutura econômica, social e política da região.

As estruturas de poder se consolidavam cada vez mais, transformando a vida do sertanejo em um verdadeiro drama. Drama esse cantado em músicas e versos pelos artistas regionais e descrito na literatura de muitos autoresⁱⁱⁱ que identificavam na formação do espaço social, concretizado na pobreza do sertanejo, um pacto das elites nordestinas com o Estado para não permitir mudanças no processo de formação socioespacial dessa região. Em entrevista a Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado declarou:

O drama do Nordeste é demasiadamente conhecido. Não é de hoje e nem vou responsabilizar um determinado governo. Tentei fazer alguma coisa no Nordeste e sei como é difícil qualquer mudança. A responsabilidade maior é da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de uma política (TAVARES, et. al., 1996, p. 15).

No Ceará essa estrutura foi sustentada pelas forças políticas locais representadas inicialmente pela oligarquia agrária cearense. De acordo com Barreira (1996), o poder político no Ceará é caracterizado por três ciclos. O primeiro ciclo é aquele em que a oligarquia agrária é sustentada pelas forças políticas de Antônio Accioli, Franco Rabelo e Pe. Cícero, este último exercendo grande influência sobre os pobres, inclusive de outros estados do Nordeste no início do século XX, momento

da expansão de movimentos como messianismo, banditismo, ligas camponesas e sindicatos.

O segundo ciclo é caracterizado pela chegada ao poder dos coronéis, a partir da década de 1960, tendo como representantes principais do coronelismo no estado, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals. O poder dos coronéis, alinhados com os demais estados da região impediu uma efetiva política para o desenvolvimento. O planejamento encontrava limites na estrutura de poder político para sua efetivação, mantendo a estrutura agrária e a pobreza como patrimônio de uma classe que se beneficiava com o atraso e isolamento desse espaço.

Contraditoriamente, a necessidade de acumulação de capital encontrava na própria pobreza um limite à sua realização. A própria estrutura vai se degradando com a expulsão dos sertanejos do interior das fazendas, rompendo com a política da gratidão/persuasão exercida pelo coronel. Esse movimento colocou o camponês, seja ele trabalhador rural do tipo morador, renteiro ou parceiro em uma situação de risco ainda maior. Desse modo, é no núcleo do próprio sistema político e econômico do coronelismo que se desenvolve as condições necessárias para o seu declínio.

As amarras da fazenda são rompidas e o trabalhador rural fica livre para vender seu voto a quem lhe oferecer melhores condições. O proprietário de terra deixou de ter o controle total sobre o trabalhador rural, na medida em que 'domínio do voto confundia-se com 'domínio' do trabalhador (BARREIRA, 1996, p. 41).

De acordo com Barreira (1996), a figura do morador e do parceiro era fundamental para a manutenção do controle sobre o *voto de cabresto*. Dessa forma, a mudança na estrutura das relações de produção no campo, com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, originou uma pequena fratura na política dos coronéis cearenses.

Entre 1979 e 1983 presenciou-se uma forte escassez de chuva no Estado (foram cinco anos de seca), contribuindo para intensificar a emigração rural. A população miserável e sem-terra teve que migrar para os centros urbanos em busca de sobrevivência. Apesar de que o sertanejo “está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela vem se repetindo, com maior ou menor intensidade, **mas com periodicidade impressionante**” (ANDRADE, 2005, p. 58. Grifo nosso), o Estado enquanto gestor do território, conhecedor dessa realidade, voltou sempre suas ações no sentido de evitar qualquer mudança na estrutura agrária, pois isso colocaria em risco a estrutura de poder existente.

O Estado desenvolvimentista atuou como gestor das desigualdades e desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista no campo, não

poupou esforços para a criação de várias instituições e órgãos para planejar o desenvolvimento nacional e regional, entretanto, as ações fortaleciam cada vez mais o poder político e econômico da elite local, uma vez que intensificou a concentração da estrutura fundiária, valorizando as terras e impedindo o acesso aos camponeses.

À medida que a história do sertão vai sendo revelada essa análise torna-se ainda mais forte, pois nesse espaço podem ser vistos exemplos extremos de manipulação social e, de destruição de valores, o que resulta de fato no desaparecimento da autoestima e mesmo da disposição de mudar essa realidade (CHACON, 2007, p. 81).

O sertanejo, em meio ao sofrimento intensificado pelas elites locais, desenvolve mecanismos que o auxiliam na sobrevivência nessa terra hostil. Aprende a observar e interpretar os sinais da natureza^{iv}, e para o conforto espiritual se apegam à religiosidade, pois descrente de qualquer outro socorro, resta dobrar o joelho no chão e pedir que *Deus* os ajude. Desenvolvendo um grande movimento de religiosidade, o sertanejo aceita a condição miserável que vive, e dessa forma a classe dominante impede uma tomada de consciência da classe trabalhadora, utilizando-se da fé do povo sofrido para aprofundar o caráter opressor e excludente na gestão do território para a formação do espaço rural cearense.

O terceiro momento de consolidação política no Estado teve início na segunda metade da década de 1980, com a ascensão política nas eleições de 1986 do empresário Tasso Jereissati a governador do estado, iniciando um novo ciclo hegemônico de dominação. Esse novo ciclo principia em meio a dois grandes movimentos: o fim do regime militar na década de 1980 e início do projeto neoliberal nos anos de 1990.

A campanha política das eleições de 1986 foi reveladora de um outro momento político local ao delinear o perfil do futuro governo. A principal bandeira dos empresários foi a promessa de acabar com os **coronéis**, apresentando-os como os primeiros responsáveis pela condição de miséria do povo cearense. Os seus discursos eram dirigidos contra a miséria, o analfabetismo e o atraso da economia. Como causa dessa situação era apontada a estrutura clientelista que dominava o estado (BARREIRA, 1996, p. 38. Grifo nosso).

Somente no final dos anos de 1980 a burguesia industrial cearense assume o poder político alinhado com o neoliberalismo e com as necessidades da economia

globalizada. O governo tem pressa e submete o estado a uma forte reforma administrativa, visando superar os estrangulamentos que impediam levar adiante a nova dinâmica econômica atrelada ao mercado internacional. Para Nobre (2008, p. 22), “a estratégia adotada foi fortalecer determinados setores com potencial para o mercado externo, com incentivos fiscais e a criação de infraestrutura de apoio aos investimentos privados [...]”. No final da década de 1990, esse modelo de desenvolvimento, que privilegiou os espaços e setores que ofereciam maior dinamismo econômico se esgota, e mais uma vez o capital precisa ocupar novas áreas para sua exploração.

Nesse contexto, o Ceará move sua estrutura política e econômica para os interesses da acumulação capitalista, não mais centrado nos interesses locais, mas atendendo aos interesses do capital internacional, dando início a *Era Tasso*^v. O poder político passa a se concentrar na classe dos empresários, a burguesia cearense assume a gestão das políticas com o foco no desenvolvimento industrial e na agricultura para exportação. As áreas prioritárias são aquelas que oferecem maior possibilidade para o desenvolvimento do capitalismo na atividade agrícola, que possam se inserir no mercado globalizado.

A estratégia adotada foi fortalecer determinados setores com potencial para o mercado externo, com incentivos fiscais e a criação de infraestrutura de apoio aos investimentos privados, gerando, em decorrência das exportações, maior dinamismo interno. [...] procurou-se estimular setores com grande aporte de capital e também com capacidade para inserir-se no mercado mundial. Dessa forma, esses governos se preocuparam em criar a infraestrutura subsidiária desses investimentos capitalistas, ao mesmo tempo em que asseguraram a concentração fundiária como estrutura necessária aos grandes projetos de agronegócio em âmbito local (NOBRE, 2008, p. 22-23).

Esse processo vem provocando mudanças estruturais no espaço rural cearense, adequado à nova dinâmica do capital internacional que busca se apropriar de espaços ainda ‘vazios’, sendo estes identificados em todos os setores da economia cearense. No caso da agricultura, destacam-se investimentos na fruticultura irrigada, em áreas específicas, que permite uma maior exploração capitalista do território atendendo às orientações do neoliberalismo e do mercado globalizado, ou seja,

Caracteriza-se pela prioridade dada aos setores econômicos e espaços considerados com maiores possibilidades de rapidamente se inserirem de forma competitiva na economia globalizada. Busca beneficiar-se da política nacional dos ‘eixos nacionais de integração e desenvolvimento’, cujo objetivo é atrelar as áreas consideradas dinâmicas do País à dinâmica do

mercado mundializado, que promove a implantação de programas e projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico, introduzindo novas formas de organização e gestão governamental. Evidencia-se, assim a inserção passiva do Estado na economia e consumo globalizados, submetendo-se aos ditames de grupos econômicos hegemônicos (ELIAS, 2003, p. 61).

O progresso e o moderno se vinculam a uma forte política de abertura para o capital financeiro mundializado, expandindo as áreas de agronegócio em que a agricultura se move para se adequar aos padrões internacionais, embora as relações de produção permaneçam as mais arcaicas possíveis, onde a pobreza da classe trabalhadora é considerada como uma vantagem competitiva para os investimentos externos.

O direcionamento das ações governamentais situou-se em grandes investimentos para a agricultura irrigada, a infraestrutura hídrica garantiu a gestão e exploração dos espaços selecionados pelo agronegócio, enquanto a estrutura agrária permaneceu inalterada, assim como a pobreza de milhares de cearenses que habitam o espaço rural, localizado no semiárido ou não. O objetivo em questão foi tornar o Estado atrativo para novos investimentos e transformar a agricultura em um setor dinâmico, competitivo no mercado externo, entretanto, o espaço rural cearense permaneceu como o *locus* de desigualdades e pobreza.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), o percentual da população cearense que vive em situação de pobreza é de 30,32%, contudo, a situação se agrava quando analisada de forma desagregada entre as áreas urbanas e rurais, sendo esta última com um percentual de 54,30% da população em condições de pobreza^{vi}.

De forma contraditória, o capital expande o seu grau de acumulação, nesse caso, pela territorialização do monopólio, desenvolvendo a agricultura irrigada e altamente tecnificada para atender à demanda do mercado externo, alinhada com o capital internacional, capta novos espaços para sua reprodução. Por outro lado, distante das áreas privilegiadas pelo capital, os pequenos municípios e sua população rural permanecem à margem dos excedentes gerados, da infraestrutura criada e dos serviços básicos de educação, saúde e cidadania, impedidos, portanto, de ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo autoritário à sua existência social.

No estado do Ceará, os polos, Cariri, Centro Sul, Baixo Jaguaribe, Metropolitano e Ibiapaba representam as áreas com maior potencial hídrico, por isso monopolizada pelo capital. Nas outras áreas, predomina a agricultura de pequeno porte, tradicional de sequeiro, ainda estigmatizada pelos efeitos climáticos do semiárido. A formação social do espaço agrário cearense configura um processo contraditório, desigual e combinado, em que regiões atrasadas suprimiriam etapas para se adequar aos padrões do capital internacional através da subjunção real da agricultura ao capital, ao mesmo tempo em que promove a destruição e recriação de relações de produção não capitalistas no campo.

ELEMENTOS PARA A AUTONOMIA, SUBORDINAÇÃO OU EXCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO SEMIÁRIDO CEARENSE

As ações contidas nas políticas de desenvolvimento rural institucionalizadas a partir dos anos 2000 não foram capazes de promover uma autonomia econômica nas áreas de assentamentos, indicando que embora essas áreas estivessem como prioridade na plataforma do PTC, efetivamente os elementos necessários não foram desenvolvidos tolhendo qualquer possibilidade de promover a autonomia econômica para os agricultores familiares de base camponesa, limitando e cerceando o desenvolvimento sustentável.

A dificuldade que os assentados encontram nos seus espaços socialmente construídos, vêm da própria natureza do desenvolvimento rural, que prioriza os espaços privilegiados e agricultores que desfrutam de capacidade técnica e informação para dinamizar o mercado local. Portanto, a agricultura familiar de base camponesa não atende aos critérios atribuídos para o desenvolvimento rural capitalista que ocorre de forma desigual e combinado. A pobreza passa a ser tratada como uma incapacidade de subordinação às relações de produção dominantes, sendo assim, a pobreza seria reduzida com a expansão das relações capitalistas de produção no campo. Essa expansão ocorre com a consolidação do modelo de desenvolvimento rural.

Outro fator que favorece a subordinação está relacionado às dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido, que apesar das ações dos movimentos sociais e ONG's para o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais, essa realidade ainda está muito distante, corroborando para a migração dos agricultores para o mercado de trabalho assalariado e o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Logo, de alguma forma o agricultor familiar camponês torna-se um trabalhador para o capital, que aos poucos, embora organizado, por ainda não se constituírem uma classe em si vão sendo subordinados ao modo de produção dominante.

Embora as relações diretas de submissão que controlavam o “morador de favor” no interior das fazendas tenham sido desfeitas, surgindo um espaço de contestação – principalmente no conflito estabelecido entre os camponeses e proprietários – e a partir daí, com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e parte da Igreja Católica, se estruturam novas relações que se firmam na luta, primeiramente contra a opressão e posteriormente pelo direito à terra.

As vitórias camponesas advindas dos confrontos em torno da posse da terra originaram uma nova ordem no espaço agrário sertanejo cearense: o latifúndio transformou-se em assentamento, os camponeses, “moradores” ou não, foram recriados, livres da opressão do latifúndio, mas subordinados ao movimento do capital no campo. Essa (re)criação camponesa e territorial fora do contexto da acumulação de capital depende de muitos elementos, internos e externos ao assentamento.

O empoderamento dessa fração de território que representou a liberdade para os trabalhadores, tem sido bloqueada diante de uma imensa teia de interesses de uma

classe dominante que trabalha contra a democratização da terra e das políticas para um efetivo desenvolvimento agrário com sustentabilidade. Por sua vez, a proposta do DTR implementada como política do governo Lula, apoiada e justificada por muitos setores da sociedade e intelectuais que estudam a questão agrária brasileira exclui a reforma agrária como ação imperativa para o desenvolvimento sustentável.

A dificuldade de geração de renda na agricultura familiar camponesa (aqui considerados os processos de produção e comercialização) e a ausência de uma “consciência de classe”, promove uma desvinculação do agricultor com a terra, com a sua cultura e identidade, subjugando-o ao modo de produção capitalista.

As conquistas do ponto de vista da infraestrutura e cidadania são em última instância subordinados ao modo de produção dominante que controla a produção, o consumo, a cultura, o conhecimento, o crédito e a tecnologia, ou seja, o capital comanda a partir dos elementos externos, a recriação da agricultura familiar camponesa, limitando economicamente, socialmente e politicamente a criação de um campesinato autônomo.

Dessa forma, as áreas de assentamentos rurais do semiárido cearense tendem à subordinação inicialmente e posterior exclusão, isto é, ficarão à margem do modelo de desenvolvimento institucionalizado com foco nos territórios de identidades, que funcionaram como uma base para produção de um espaço apto para a expansão do capital, ou seja, a partir das condições de desenvolvimento criadas internamente, embora parciais, permitem a valorização dos valores de troca.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento (SMITH, 1988, p. 213).

A narrativa que segue busca dialogar com os elementos presentes na construção social desses fragmentos de territórios conquistados por meio da luta pela terra. Echeverri (2003, p. 16) esclarece que “o território delimita o cenário em que a vida social se desenrola e onde as instâncias políticas são criadas, tendo em vista o exercício da cidadania”. Nesse contexto, os indicadores refletem uma fração da realidade, que por sua dinâmica e complexidade, apresenta-se como uma fotografia, e a partir da leitura desse fragmento de realidade podemos compreender os elementos que influenciam de forma positiva ou negativa para a construção plena da cidadania no espaço agrário.

Em conformidade com a observação *in loco* – pesquisa direta – e da percepção da comunidade, podemos destacar os elementos que possibilitam ou bloqueiam um processo permanente de desenvolvimento rural nas áreas de assentamentos. Esses elementos foram classificados em três modalidades, indicando as possibilidades de emancipação, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense.

De acordo com a literatura já discutida anteriormente, a política de DTR foi estruturada para identificar e qualificar os espaços para exploração capitalista, buscando, apesar do protagonismo, do empoderamento dos agentes sociais, a inserção do maior número de agricultores que possam utilizar o espaço agrário para produzir valores de troca, seja através das atividades agrícolas ou não agrícolas.

Esse mecanismo leva a uma diferenciação dos agricultores, que de acordo com a literatura clássica transformariam os camponeses em capitalistas ou trabalhadores assalariados. Essa discussão encontra-se presente em Lenin (1982) e Kautsky (1986) sobre a desintegração do campesinato na Rússia à medida que as relações capitalistas de produção avançam no espaço agrário. Fernandes (2003) se reporta a esses trabalhos como primordiais para uma leitura crítica sobre a contemporaneidade do processo de destruição e recriação da agricultura familiar camponesa no espaço agrário brasileiro, presente nas mudanças de paradigma do agrário para o rural.

Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital (p. 19).

Nessa lógica, as engrenagens desse processo foram produzidas para buscar a produtividade e competitividade, ou seja, à inserção do agricultor familiar ao mercado, provocando uma diferenciação na base da organização produtiva dessa categoria, colocando a luta pela terra, água e cidadania como coadjuvantes desse processo hegemônico de desenvolvimento.

Portanto, o campesinato autônomo, livre, não se submete à lógica capitalista. Compreende-se que essa autonomia começa com a luta pela terra, sendo esta uma condição necessária, mas não suficiente, tornando-se imperativo à luta permanente contra o capital para permanecer na terra. A autonomia camponesa é abordada por Almeida (2009) destacando essa autonomia como um aspecto restrito diante da forma soberana de organização da produção na sociedade industrial e que sua subordinação é colocada como consequência natural diante da organização produtiva soberana.

Por autonomia camponesa entende-se uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa, de uma certa forma, um espaço de autonomia na sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua

uma via maior de evolução para a economia e a sociedade (p. 148-149).

Embora a autonomia camponesa não seja uma *via* para a organização produtiva dominante, representa um espaço de soberania diante dos crescentes mecanismos de subordinação da agricultura ao capital imperialista. Almeida (2009) destaca a autonomia no aspecto da produção x trabalho, ou seja, à organização produtiva diferenciada que constitui o campesinato como antagônico ao modelo produtivo iniciado após a revolução industrial.

Essa autonomia camponesa, que se liga estritamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais: a) a busca, por parte do trabalhador / agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação [...]; b) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; c) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, que é o domínio do tempo (ALMEIDA, 2009, p. 149).

Nesse sentido, o agricultor familiar camponês procede da espoliação capitalista, dessa espoliação emerge o camponês enquanto sujeito social, que reage à subordinação imposta pelo capital instalado no latifúndio. Esse sujeito social reage à subordinação, a partir do seu próprio meio de organização produtiva, das técnicas e instrumentos utilizados no processo produtivo, recriando os espaços de produção para valores de uso pautados nos seguintes princípios, de acordo com Almeida (2009, p. 149-150):

a) o domínio de um saber camponês; b) o domínio de certos instrumentos próprios de produção; c) a disponibilidade de um leque – o mais amplo possível – de trabalho; d) a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas dentro da atividade (artesanato, prestação de serviços exteriores, intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas, etc.); e) a possibilidade de trabalhar e de viver perto do lugar / local de origem, conservando as relações sociais e de vizinhança [...]; f) um certo domínio do tempo e do lugar / de trabalho; e g) um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, a fim de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade.

Todavia, importa entender que embora exista a posse do território conquistado e recriado sob outra lógica, não é possível falar em um campesinato livre, nos assentamentos estudados uma vez que estes se subordinam ao rito ditado pelo movimento do capital, ou seja, o controle que o capital exerce sobre o trabalho e os demais meios de produção impede o exercício dos princípios básicos para a autonomia da agricultura familiar camponesa. Embora a conquista desse espaço, aparente por si só uma vitória contra o capital, contudo, o espaço agrário continua sendo um *locus* de reprodução do capital. Wanderley (1985, p. 44) esclarece que:

Subordinação para Marx significa a transformação da agricultura em um campo de operação do capital. Na medida em que o modo capitalista de produção apodera-se da agricultura, a força de trabalho é mobilizada pelo capital, a atividade agrícola se industrializa e a terra se transforma em equivalente de capital.

Dessa forma, os elementos elencados no Quadro 01 apontam para a exclusão/destruição no longo prazo da *agricultura familiar camponesa*, com poucas possibilidades para sua subordinação e nenhuma para sua autonomia. Porém, sempre existe aqueles camponeses que conseguem as condições necessárias para sua subordinação, isto é, uma integração parcial ao mercado. Esses elementos estão inseridos no contexto teórico do DRS a partir de uma análise do metabolismo social do capital e do desenvolvimento desigual e combinado.

Quadro 1 – Elementos que possibilitam a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense.

Autonomia	Consciência de classe para o fortalecimento da luta pela autonomia no território (re)criado.
	Políticas públicas efetivas para os assentamentos.
	Política efetiva de crédito, assessoria técnica (práticas sustentáveis para manejo da água e do solo).
	Diversificação na produção e uso da mão-de-obra familiar.
	Casa de sementes
	Integração parcial ao mercado
	Cooperativas e canais de comercialização para os produtos específicos da agricultura familiar camponesa.
	Possibilidade para o protagonismo feminino (econômico, social, político organizacional e ambiental)
	Práticas de convivência com o semiárido, disponibilidade de tecnologias sociais e promoção da agroecologia.
	Trabalho com foco na produção de valores de uso.
	Educação ambiental com desenvolvimento de sistemas de produção agroflorestal.
	Escola de educação do campo
	Projetos culturais e a promoção de esportes para as crianças e os jovens.
	Convênios com Instituições (ONGs, Associações, IES).
	Curso de formação política e participação política.
Gestores públicos comprometidos em melhorar as condições de vida dos que moram e trabalham no campo.	

	Infraestrutura e transporte (vias de acesso em boas condições, saneamento básico, oferta de serviços de saúde e lazer).
	Fortalecimento de laços e saberes comunitários nas comunidades rurais.
	Liberdade para fazer escolhas em relação ao que produzir, quanto produzir e para quem produzir.
	Aumento da representatividade popular e participação política.
Subordinação	Ausência do coletivo na (re)criação do espaço territorializado.
	Recorrer ao trabalho assalariado para complementar a renda
	Financiamento de projetos produtivos sem um efetivo acompanhamento técnico e ausência de assessoria técnica especializada.
	Formação técnica sem conexão com o espaço rural.
	Presença de medidas emergenciais de combate à seca.
	Dependência de sementes híbridas (Uso de pacotes tecnológicos).
	Produção exclusiva para mercado com tendência à monocultura.
	Ausência de canais de comercialização específicos para AFC.
	Exclusão da participação feminina na condução de projetos produtivos.
	Ausência de escola do campo e permanência do padrão elitista e produtivista na IES públicas.
	Autoconsumo subjugado ao mercado de produtos
	Aumento das atividades não agrícolas em detrimento das agrícolas.
	Organização do trabalho com base na agricultura familiar de base capitalista.
	Produção sem relação com práticas de preservação ambiental.
	Importação e padronização de consumo urbano-industrial para o campo.
	Predominância de políticas de Governo em detrimento de políticas de Estado para as áreas de assentamentos.
	Falta de infraestrutura adequada (saneamento básico e serviços de saúde com especialidades médicas).
	Trabalho com foco na produção de valores de troca.
Perda de identidade entre o agricultor e o campo.	
Presença de representantes populistas e baixa participação política.	
Exclusão	Ausência de organização político/social interna e externa, ao assentamento
	Dificuldade de geração de renda no assentamento
	Ausência de crédito para produção e assessoria técnica.
	Uso de sementes de baixa qualidade
	Trabalho assalariado "temporário" como principal fonte de renda.
	Aposentadorias, pensões e transferências governamentais como principal fonte de renda.
	Produção de sequeiro e pouco diversificada.
	Ausência de políticas e projetos produtivos específicos para mulheres
	A presença de atravessadores e a falta de política de preços mínimos para os produtos da AFC.
	Ausência de cooperativas e agroindústrias.
	Falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido.
	Implantação de projetos que não se adequam à realidade local
	Manejo inadequado do uso da água e do solo. Práticas de desmatamento e uso de queimadas para preparar o solo.
	A <i>prefeiturização</i> no comando dos projetos para as comunidades rurais.
	Ausência de uma política de Estado para os assentamentos rurais.
	A descontinuidade das políticas e projetos que são implementados
	Analfabetismo de jovens e adultos e ausência de políticas que promovam o esporte e lazer.
	Ausência total de infraestrutura básica (acesso precário à saúde, educação, água potável para consumo, transporte).
Expulsão do campo por falta de condições de permanecer no espaço rural.	
Ausência de representatividade popular e baixa participação política.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base teórica da pesquisa

Nessa perspectiva, as áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense não disponibilizam de elementos suficientes para sua autonomia, essa somente será obtida com a luta permanente contra o capital, uma vez que a autonomia da AFC se tornaria uma ameaça ao ciclo de destruição/exclusão – recriação/subordinação – destruição/exclusão - que permite ao capital se valorizar e se apropriar em escala cada vez maior dos espaços, e da força de trabalho que não é formada pelo capital em sua totalidade, ou seja, “[...]enquanto camponês, se recria como operário para o capital, *inteiro*, pronto para trabalhar. O capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita. Quem paga esse preço é a família camponesa” (BARREIRA, 1988, p. 54).

Essa realidade, se manifesta de forma concreta quando ocorre a expulsão dos jovens do campo. Barreira (1988) analisou esse processo em relação às migrações que, segundo o autor, embora exista uma lógica diferenciada de produção no campesinato, ainda assim o capital subjuga o camponês e sua família ao processo de acumulação de capital, forçando a migração de parte da mão-de-obra familiar, que temporariamente destrói o camponês e o transforma em um operário, e posteriormente o reconduz ao campesinato, depois da recriação do capital.

Na verdade, as migrações temporárias não deslocam força de trabalho excedente, mão-de-obra sobrando. A migração antes do término do ciclo agrícola e a substituição do camponês pela mulher e pelas crianças constituem a melhor expressão de que o capital, por esse meio, invade o próprio núcleo da produção camponesa, retirando dela os seus trabalhadores de maior vitalidade e forçando a entrada prematura de crianças na produção agrícola (p.54).

Seguindo essa mesma narrativa, Wanderley (1985) apresenta uma lógica ainda mais perversa sobre o paradoxo autonomia/subordinação – eliminação/reprodução do campesinato. Para a autora existe uma articulação própria do movimento do capital que dialeticamente elimina a forma de organização social do campesinato e o reproduz, desnudo da sua consciência de classe, como um trabalhador não assalariado para o capital.

Velho (2009) coloca em evidência a tese defendida por Jerzy Tepicht sobre o campesinato constituir-se um modo de produção subordinado a um modo de produção dominante, logo, o paradoxo entre campesinato e capitalismo deve ser compreendido dentro de um contexto em que o último subordina o primeiro de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o processo cíclico de acumulação de capital.

De qualquer maneira, diríamos que sob o capitalismo burguês ou existe a possibilidade da pequena produção *transformar-se* em produção complexa, reproduzindo internamente as

principais contradições de classe, ou ela é destruída por forças externas, embora ambas as possibilidades possam obviamente coexistir em graus variados: o capitalismo burguês em cada caso sendo tanto mais “democrático” quanto mais se encontre presente a primeira possibilidade. Todavia, sob o capitalismo autoritário haveria, para uma maior ou menor proporção do campesinato e variando com o tempo uma espécie de pressão “a meia força” que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite a sua transformação, mas o mantém *subordinado*, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação da sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que “confinado” dentro dos limites de um espaço social dado (VELHO, 2009, p. 48).

Nesse caso, qualquer *forma* de organização produtiva estará subjugada, direta ou indiretamente, ao modo de produção capitalista, porém, no caso específico da agricultura familiar camponesa, objeto dessa pesquisa, encontra-se ameaçada de exclusão do espaço social, ou seja, serão excluídos do próprio domínio do capital, empurrados para a pobreza e marginalização. Entretanto, esse mesmo processo que promove a exclusão os empurra para o enfrentamento ao capital no plano político. Dessa forma, segue a dinâmica do movimento contraditório do capital. Assim, o capitalismo não dará autonomia a agricultura familiar camponesa para que ela se consolide como modo de produção, contudo, este também não a destruirá, pois o campesinato, antes de ser uma forma organizacional da produção é uma forma de reprodução de uma categoria social que renasce das mais perversas formas de opressão: a destituição da sua identidade enquanto do sujeito político e social.

É importante destacar que, movidos pelas possibilidades que o novo rural oferece para exploração capitalista, seja pela integração do camponês ao mercado metamorfoseando-o em agricultor familiar^{vii} parceiro do capital, bem como através da ampliação das atividades não agrícolas no espaço recriado – os assentamentos – esses elementos quando penetrados no modo de vida do agricultor familiar camponês promove a destruição do espaço recriado, aniquilando a reprodução do campesinato, sendo, portanto, indispensável um espaço próprio para a reprodução da agricultura familiar camponesa, e esse espaço deve ser autônomo, do ponto de vista econômico, social, político organizacional e ambiental.

Portanto, torna-se essencial compreender, do ponto de vista teórico e metodológico a lógica de reprodução da agricultura familiar camponesa, que se encontra ameaçada pelo avanço das relações de produção capitalista no campo promovendo a diferenciação e a dissolução dessa categoria, mantendo o ciclo: exclusão – subordinação – exclusão - em permanente movimento.

Considerando o nível de DRS encontrado para as áreas de assentamentos rurais, observa-se que muitas informações se repetem, ou seja, a realidade dos assentamentos, embora estejam localizados em regiões do semiárido

diferenciadas, em termos de divisão territorial de planejamento para ação do poder público, apresenta-se bastante homogênea. Nesse caso, as informações que tiveram o maior número de ocorrência foram transcritas, indicando os elementos que potencializam ou inibem o DRS. Observou-se que a dimensão que apresentou menor nível de desenvolvimento foi a econômica, apontando para a forte presença de elementos que contribuem para a exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido. Um dos principais elementos é a grande dificuldade para a geração de renda nos assentamentos.

Um conjunto de fatores contribui para agravar essa situação, dentre eles, a pouca diversificação na produção agrícola, com predominância ainda das culturas de sequeiro. Essas culturas – milho, feijão, fava – são dependentes do nível de chuva, elevando o risco para o agricultor, que muitas vezes não consegue suprir nem mesmo a sua subsistência. Embora nos anos de seca a produção seja comprometida, total ou parcialmente, a atividade agrícola ainda é predominante, apesar dos desafios.

Outro fator, é a ausência de cooperativas ou de espaços específicos para a comercialização da produção advinda dos assentamentos, facilitando e incentivando a presença de atravessadores. Por outro lado, a falta de políticas públicas para garantir uma renda mínima, coloca os assentados em uma situação de grande vulnerabilidade econômica e social. Nessa mesma perspectiva, a falta de uma assessoria técnica efetiva impossibilita o desenvolvimento de novos projetos produtivos, uso de tecnologias sociais e práticas sustentáveis de manejo pensados a partir das condições de solo, clima relevo e vegetação do espaço municipal.

Quanto aos fatores sociopolíticos, é necessário denunciar a estrutura fundiária extremamente concentrada, fator agravado por políticas públicas que, apesar dos progressos realizados em matéria de crédito, como a diversificação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) ou de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são pouco adaptadas em matéria de assistência técnica e extensão rural. O que se vê é uma relação geralmente vertical dos técnicos de órgãos oficiais com os produtores, a imposição de “pacotes” que pretendem integrar os agricultores ao modelo dominante do agronegócio (consumo de insumos industriais), as exigências burocráticas dos bancos, diante das quais os pequenos produtores se sentem “humilhados” (DUQUE, 2009, p.305).

Desse modo, o movimento factual que o modelo de desenvolvimento rural faz para os agricultores familiares de base camponesa os conduz à subordinação / integração^{viii}, que são aqueles que estão ou serão integrados à agroindústria, como produtores de insumos e consumidores de insumos da grande indústria. E, por

outro lado, os que não conseguem se integrar/subordinar ao grande capital, serão excluídos, sem nenhuma condição para a sua autonomia.

O Quadro 2 indica os principais elementos identificados na pesquisa com maior ocorrência, que influenciam o nível de desenvolvimento rural sustentável nas áreas de assentamentos rurais e através desses elementos e da base teórica utilizada, buscou-se compreender esse processo.

Quadro 2 – Elementos presentes nas áreas de assentamentos rurais que contribuem para autonomia, subordinação ou exclusão da AFC no semiárido cearense.

Dimensões	Elementos que contribuem para autonomia, subordinação ou exclusão da AFC		
	Autonomia	Subordinação	Exclusão
Econômica		A escassez de chuva como determinante para a dificuldade de produção;	A descontinuidade das políticas e projetos que são implementados
		Ausência de canais de comercialização específicos para os produtos da agricultura familiar camponesa;	Implantação de projetos desvinculados da realidade local
		Subsistência subjugada ao mercado;	Produção de sequeiro e pouco diversificação produtiva;
		Predominância de ocupações não-agrícolas no campo.	Presença de atravessadores e falta de políticas de preços mínimos.
			Ausência de cooperativas e agroindústrias
			Ausência de assessoria técnica especializada
			Dificuldade de geração de renda nos assentamentos.
Social	Infraestrutura e transporte, oferta de serviços básicos de saúde, educação e lazer.	Migração – falta de condições para o jovem permanecer no campo;	Ausência de projetos que incentivem a cultura, esporte e lazer
		Predominância do padrão elitista e produtivista nas IES's públicas;	Analfabetismo de jovens e adultos
		Presença medidas emergenciais de combate à seca.	Expulsão dos jovens do campo
	Presença de escola do campo	Ausência de escola do campo;	Ausência de escola no campo

Político Organizacional	Possibilidade para o protagonismo feminino	Ausência do coletivo na recriação do espaço territorializado.	“Prefeiturização” nas decisões sobre projetos para as comunidades rurais
	Convênios com Instituições	O não fortalecimento de laços e saberes comunitários no espaço agrário.	Falta de participação política
	Participação política interna e externa ao assentamento.		
	Decisões internas do assentamento decididas coletivamente.		
Ambiental		Perda de identidade entre o agricultor e o espaço agrário.	Falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido;
		Produção sem relação com práticas de preservação ambiental.	Ausência de uma efetiva educação ambiental incluindo sistema de produção agroecológica e agroflorestal.
			Desmatamento e uso de queimadas para preparação do solo

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990 os conflitos no campo provaram que o modelo de desenvolvimento agrário, baseado na modernização agrícola, já se tinha esgotado, exigindo do Estado medidas capazes de resolver o problema da estrutura fundiária e das relações de trabalho no campo. A resposta veio em dois eixos: o desenvolvimento do agronegócio e de suas cadeias produtivas e a promoção da diferenciação social entre os pequenos agricultores, com políticas específicas para o fomento do desenvolvimento da agricultura familiar integrada (subordinada) ao mercado.

Esse modelo foi aprofundado no final do século XX e início do século XXI à medida em que a questão agrária se agravava internamente. Mais uma vez o padrão de acumulação se altera e o capital globalizado determina o novo padrão de desenvolvimento para os países periféricos que ainda almejam tornarem-se desenvolvidos. Planejado e financiado pelos organismos internacionais, o desenvolvimento rural é apontado como o modelo ideal para a superação dos problemas agrários, sendo institucionalizado nos anos 2000 como política pública a partir da concepção do desenvolvimento territorial rural.

Esse novo padrão de acumulação tem como propósito fundamental integrar o maior número de pequenos agricultores ao mercado, aprisionando-os às decisões das grandes corporações. A redução da pobreza também interessa ao grande capital, pois o modelo de acumulação não está centrado no capital produtivo, mas na financeirização da economia.

Em relação aos elementos que podem contribuir para a autonomia da AFC, ocorre uma ausência no que diz respeito à dimensão econômica, contudo, dentre os elementos que promovem a exclusão foram encontrados os seguintes: dificuldade de geração de renda no assentamento, ausência de assessoria técnica, predominância da produção de culturas de sequeiro, pouca diversidade produtiva, presença de atravessadores, ausência de cooperativas, implantação de projetos desvinculados da realidade local, descontinuidade das políticas e projetos que são implementados.

A dimensão social tem como elemento positivo a infraestrutura, vias de acesso em boas condições na maior parte do ano e oferta de serviços básicos de saúde e educação. Negativamente se destaca a expulsão dos jovens do campo, o analfabetismo de jovens e adultos, ausência de projetos que incentivem a cultura e a promoção de esporte e lazer, e ausência de escola do campo.

Quanto à dimensão político/organizacional, encontra-se presente como elemento que possibilita a emancipação: a possibilidade para o protagonismo feminino, influenciando todas as outras dimensões do desenvolvimento. Também contribui positivamente a celebração de convênios com Ong's e instituições públicas e privadas, participação política interna ao assentamento por meio do fortalecimento das associações. Quanto à exclusão foi relatada a "prefeiturização" nas decisões sobre projetos para as comunidades rurais e a falta de representação política no espaço municipal.

No aspecto ambiental, identificou-se a falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido, ausência de uma efetiva educação ambiental, incluindo sistema de produção agroecológica e agroflorestal, contudo, a prática do desmatamento e uso de queimadas para preparação do solo ainda se faz presente.

Sobre os elementos que contribuem para a subordinação da AFC no semiárido, destaca-se a presença de medidas emergenciais de combate à seca, a escassez de chuva como determinante para a dificuldade de produção, o não fortalecimento de laços e saberes comunitários, e a predominância do padrão elitista e produtivista nas IES's, dificultando a formação de profissionais com visão diferenciada do modelo produtivista e predatório. Outro fator é a migração dos jovens, pela falta de condições para permanecer no campo e a subsistência estar cada vez mais subjugada ao mercado. Nesse contexto os resultados indicam que o modelo de desenvolvimento rural promove a subordinação e posteriormente a exclusão da agricultura familiar camponesa, seguindo a lógica do modo de produção dominante que subordina as demais formas de produção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. 2ª. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, out./dez. 1986.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO/ PNUD. **Consulta**, 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>> Acesso julho de 2018

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. Os Pactos na cena política cearense: passado e presente. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. USP, São Paulo, n. 40, p. 31-49, 1996.

_____. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da política, 1998.

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Referências para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2004. (Texto para Discussão, 4).

CEARÁ. **Os 7 Cearás**: síntese do projeto de planejamento participativo para elaboração do plano de Governo. Governo do Estado do Ceará 2015/2018. Fortaleza, 2014.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. [Série BNB Teses e Dissertações nº 8] Fortaleza/CE: Banco do Nordeste, 2007.

DUQUE, Gislaíne. **Água para o desenvolvimento rural**: a ASA e os Programas P1MC e P1 + 2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, Cátia e SHNEIDER, Sergio (Ogs.). Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson. et. al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

ELIAS, Denise. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. In: Mercator – **Revista de geografia da UFC**, ano, 02, n. 03, p. 61-69, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social**: novas configurações do campo brasileiro. In: Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun 2003.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, Wladimir. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURG, Rosa. **La Acumulación del capital**. Edicions internacionals Sedov: Germinal, 1912. Disponível em Pdf: <<http://grupgerminal.org/?q=system/files/LA+ACUMULACI%C3%93N+DEL+CAPITA>> Acesso em janeiro de 2017.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa.; BERGAMASCO, Sonia P. Pereira. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectiva de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos H. Goulart. Desenvolvimento agrário e dinâmica sociopolítica brasileira. Balanço de um debate em curso. In: MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos H. Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. **As Cidades cercam os campos**: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

NOBRE, Maria Cristina de Q. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. Fortaleza. 2008. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) apresentada na Universidade Federal do Ceará – UFC.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição et. el. (Orgs.). **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

VELHO, Guilherme Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [Biblioteca virtual de Ciências Humana], 2009.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato do Brasil. Curitiba / Brasília: 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Camponês**: um trabalhador para o capital. Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 2(1): 13-78, jan./ abr. 1985. Disponível em:<<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9248/5282>> Acesso em 20 de nov. de 2015.

Contato com o autor: e-mail: limammferreira@gmail.com

Recebido em: 09/11/2022

Aprovado em: 19/06/2024

ⁱ Ensaio baseado nos resultados da tese de doutorado da autora, defendida em maio de 2020.

ⁱⁱ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, criada em 1948 para analisar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos e propor políticas de desenvolvimento para os países periféricos.

ⁱⁱⁱ Patativa do Assaré, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, dentre outros.

^{iv} Existe uma tradição no Estado sobre a previsão dos Profetas da Chuva, que anualmente se reúnem no município de Quixadá para fazer previsões sobre o período das chuvas no Estado. Os profetas são homens e mulheres detentores de conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna que, segundo eles, revelam como vai ser o período chuvoso.

^v Compreende o período de 1987 a 2002, representou uma redefinição dos interesses e práticas espaciais para a modernização do Estado baseado em um projeto neoliberal e sua abertura para o capital internacional, e compreende o período de 1987 a 2002.

^{vi} O critério de definição de pobreza a que se refere essa informação, é o que considera pobre a “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. Em 2010, a renda per capita dessa população era em média R\$ 72,00, o que correspondia a 14% do salário mínimo vigente na época.

^{vii} A expressão agricultura familiar passa a ser utilizada como uma categoria no meio acadêmico fortalecendo a corrente teórica sobre o capitalismo agrário a partir dos anos 1990, servindo de base para a promoção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

^{viii} “A forma produtiva presente na estrutura da integração tem como parâmetro uma nova e maior racionalidade que é determinada, predominantemente pela tecnologia. É necessário decifrar e conciliar os diversos aspectos e fatores que permeiam uma economia globalizante, mas que em termos humanos é excludente” (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004, p. 151).